



Concessão de Crédito no Setor Bancário Brasileiro no Período da Crise Financeira Internacional de 2008

Munike Rech, Rafael Denicol, Dirceu Casa Grande Junior, Gabriela Zanandrea, Maria Emilia Camargo

RESUMO

A crise financeira internacional de 2008 desencadeou-se nos Estados Unidos e afetou o cenário financeiro mundial, uma vez que provocou falta de liquidez no mercado e o crédito foi restringido. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi comparar a evolução do crédito concedido pelos bancos públicos e pelos bancos privados no Brasil antes e durante a crise, abrangendo os anos de 2002 a 2009. O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e quantitativa, com base em dados obtidos através do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil. Verificou-se que no período de setembro de 2008 até dezembro de 2009, o crescimento das operações de crédito das instituições privadas foi de 3,91% diante de uma elevação de 55,62% nas instituições públicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

1 INTRODUÇÃO

As relações econômicas atuais tornam os países interdependentes. Por isso, as crises que se iniciam em um determinado país podem alastrar-se para outros. A Grande Depressão, que ocorreu em 1929, estagnou a economia americana por anos, e demonstrou a fragilidade do sistema bancário e os riscos nele presentes, devido à assimetria de informação, o que indicou a necessidade de regulamentação financeira (FELIPPI, 2011). A partir da década de 1970, o modelo econômico keynesiano, que defendia a intervenção governamental, deu lugar ao modelo econômico neoclássico, que pregou uma ideologia neoliberal, com redução da participação do Estado e desregulamentação do mercado financeiro em busca da eficiência e autorregulação (BRESSER-PEREIRA, 2010). Com a crise financeira de 2008, tornou-se necessário a implantação de mecanismos mais eficazes de regulação e supervisão, como a consolidação das diversas agências regulatórias norte-americanas e europeias (FARHI; CINTRA, 2009).

As crises bancárias têm reflexos nos balanços dos bancos, seja por uma crise de confiança dos investidores ou por insolvência bancária (FELIPPI, 2011), o que pode reduzir o crédito disponibilizado aos agentes econômicos, prejudicando a retomada do crescimento econômico. O crédito torna-se relevante em períodos de recessão, pois de acordo com Araujo e Cintra (2011), a concessão de crédito pode contribuir para minimizar os efeitos de uma crise financeira. O setor bancário, tomando e emprestando recursos para a sociedade, é fundamental para manter o adequado funcionamento dos fluxos financeiros da população, empresas e governo (BOTELHO, 2007).

Neste estudo, o objetivo foi comparar a evolução do crédito concedido pelos bancos públicos e pelos bancos privados no Brasil antes e durante a crise, abrangendo os anos de 2002 a 2009. Para tanto foi analisado o comportamento do crédito nos bancos instalados no Brasil, de capital público e capital privado, tanto estrangeiro quanto nacional, nos anos em que o país enfrentou os efeitos da crise financeira, em comparação com os anos anteriores à crise, onde a atividade econômica encontrava-se estável. Durante o período da crise o governo brasileiro tomou uma série de medidas anticíclicas, visando à recuperação da atividade econômica (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011), será verificado se dentre essas medidas, houve incentivo ao crédito através de bancos de propriedade governamental.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

A crise financeira internacional, também conhecida como crise do *subprime*, que iniciou em agosto de 2007 nos EUA, é considerada a maior crise financeira desde 1929, quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque (CAVALCANTE JR., 2012). As crises financeiras causam uma alteração repentina nos preços de ativos, seguida por momentos de pânico, onde prevalece o comportamento irracional (KRUGMAN, 2010).

Para entender a crise financeira ocasionada pela desvalorização dos derivativos das hipotecas *subprime* dos Estados Unidos, é necessário verificar a evolução do mercado de construção residencial americano (GONTIJO, 2008). Ainda de acordo com o autor, os empréstimos para aquisição residencial fornecidos para mutuários que não tinham condições de fornecer um valor de entrada, ou que não pudessem comprovar a renda, ou ambos, foram definidos como *subprime*. As instituições fomentadoras do crédito entendiam que, caso o tomador não pudesse cumprir com os pagamentos, sua residência, que era o objeto do financiamento, seria tomada pelo credor e vendida no mercado, que se encontrava aquecido, vislumbrando a valorização dos imóveis dados como garantia (GONTIJO, 2008).

Com o mercado aquecido e os imóveis aumentando o seu valor, os tomadores tinham a possibilidade de refinanciá-los (GONTIJO, 2008). De acordo com Guttman (2008), as inovações financeiras relacionadas à propriedade de imóveis, como refinanciamentos de hipotecas e empréstimos para a compra e reforma de imóveis possibilitaram transformar ganhos de capital em dinheiro. Isso se torna possível sem a necessidade de o proprietário vender a sua casa, uma vez que os preços dos imóveis estavam aumentando (GUTTMANN, 2008). Até o ano de 2006 esse mercado *subprime* teve um bom funcionamento (GONTIJO, 2008). Contudo, no verão de 2006, os preços dos imóveis sofreram queda, resultante do aumento da oferta de residências (GONTIJO, 2008). Como esse mercado estava sendo valorizado, com aumentos gradativos dos preços das residências, a oferta de casas começou a aumentar, pois o mercado estava atraindo investimentos, e esse aumento da oferta acarretou na queda dos preços (GONTIJO, 2008). Os financiamentos e refinanciamentos das hipotecas *subprime* tornaram-se escassos devido à retração dos preços dos imóveis americanos, gerando uma crise imobiliária (FELIPPI, 2011).

Os mutuários dos empréstimos habitacionais classificados como *subprime* dependiam da valorização do imóvel para migrar para hipotecas com classificação *prime*, por esta última apresentar taxas de juros menores (GONTIJO, 2008). Uma vez que não ocorreu a valorização esperada do imóvel, não permitindo então a transição para uma taxa de juros menor, muitos tomadores não puderam refinarciar seus imóveis, e apresentaram atrasos nos pagamentos das prestações (GONTIJO, 2008). Os imóveis sofrem desvalorização com o crescimento da inadimplência das hipotecas e a desocupação dessas residências, gerando um círculo vicioso que atinge o mercado imobiliário como um todo, inclusive nas hipotecas *prime* (FELIPPI, 2011). Tanto que em março de 2008 cerca de 8,8 milhões de hipotecas estavam com saldo superior ao valor dos imóveis, o que acabou incentivando ao não pagamento do empréstimo por parte dos tomadores (GONTIJO, 2008).

Com a interligação entre os mercados, os bancos também são atingidos por esse choque econômico (FELIPPI, 2011). De acordo com Mazzucchelli (2008), a crise foi precedida pela fragilidade da regulação e pelo relaxamento na percepção dos riscos, o que acarretou uma onda de especulação de consequências desastrosas. O mercado de crédito sofreu um choque exógeno oriundo do mercado imobiliário americano, onde políticas públicas contribuía para uma precificação inadequada do risco de crédito das hipotecas (FELIPPI, 2011). As operações financeiras de lastro duvidoso espalharam-se, alavancadas



pelo crescimento do crédito, o que ocorreu tanto na crise de 2008 quanto na crise de 1929 (MAZZUCHELLI, 2008).

Mazzucchelli (2008) defende que com o acirramento da crise a intervenção dos governos foi ampla e imediata, abandonando o pensamento econômico liberal pregado até então, que defendia que os mercados eram eficientes ou autorregulados, o que mudou com o advento da crise. Os Estados assumiram a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos, pela redução das taxas de juros básicas e pela tentativa de evitar o aprofundamento da contração do crédito (MAZZUCHELLI, 2008). Ainda de acordo com o autor, alguns governos atuaram com maior grau de acerto, como foi o caso da Inglaterra, ou menor grau de acerto, como os Estados Unidos. A crise não se agravou mais devido à imediata e contínua injeção de recursos públicos, diante da preferência pela liquidez, com fuga para os títulos da dívida pública, sobretudo americanos (MAZZUCHELLI, 2008).

A ação dos governos, classificada como keynesiana, foi de recuperar o ciclo do crédito-gasto-renda, mesmo que para tanto tenha sido necessário estatizar, ainda que parcial e temporariamente, parte significativa do sistema financeiro (MAZZUCHELLI, 2008). A atuação dos bancos centrais foi fundamental para a recuperação da economia. O Banco Central norte-americano (FED) e o Banco Central Europeu (BCE) injetaram US\$ 3,2 trilhões nos mercados monetários entre os dias 27 de julho e 12 de setembro de 2007 (FREITAS; CINTRA, 2008).

No Brasil, o ano de 2007 foi marcado por grandes projetos no Brasil, tanto na área pública quanto na área privada, e esse otimismo econômico se estendeu para o ano seguinte (DULCI, 2009). Esperava-se que o país sofresse apenas uma influência residual da crise, sendo que se discutia sobre o descolamento das economias ditas emergentes, como a brasileira, diante da crise nas economias centrais (DULCI, 2009). Buscava-se verificar qual seria o grau de descolamento, dadas as características e circunstâncias diferentes da economia brasileira. Já o ano de 2008 terminou com recessão, aumento do desemprego e ameaça de deflação (DULCI, 2009).

Os bancos atuavam com outras instituições financeiras que não eram regulamentadas, e os efeitos da crise que iniciou nos Estados Unidos estenderam-se para instituições bancárias de outros países, demonstrando a fragilidade do sistema bancário (FELIPPI, 2011). Os bancos elevaram as exigências de garantias na concessão ou renovação das linhas de crédito, além de aumentar as taxas de juros das operações ativas no último trimestre de 2008 (FREITAS, 2009). Essa alta ocorreu devido ao aumento do custo de captação para os bancos e elevação do spread de risco pelo aumento da incerteza, agravada pelas perdas decorrentes das operações com derivativos de dólar (FREITAS, 2009).

Diversas medidas anticíclicas foram tomadas pelo Estado entre os anos de 2008 e 2010, como a ampliação na liberação de recursos para financiamentos via BNDES para diversos setores, como o do agronegócio, criação do programa Minha Casa Minha Vida, incentivando a aquisição de moradia própria principalmente à população de menor renda, ampliação do limite de empréstimo consignado a aposentados (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). De acordo com o Banco Central do Brasil (2010), as operações de crédito voltaram a crescer em 2010, já passados os efeitos da crise financeira. Contribuiu para isso o dinamismo da demanda interna, beneficiado pela recuperação do mercado de trabalho e das expectativas positivas dos agentes econômicos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

2.2 O CRÉDITO BANCÁRIO

O sistema bancário brasileiro vem sofrendo alterações. O país passou a ter um Banco Central apenas no ano de 1965, com a aprovação da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964.



Antes disso, o Tesouro Nacional, a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco do Brasil exerciam as atribuições de Banco Central (ALMEIDA, 1997). Na metade da década de 1990, o sistema bancário sofre transformações significativas, como a redução do número de instituições financeiras, a entrada de bancos internacionais, a adesão ao acordo de Basileia I, a integração do sistema bancário doméstico ao internacional e a implantação no Plano Real (ARAUJO; CINTRA, 2011).

As instituições bancárias operam com agentes superavitários, que possuem recursos, e os agentes deficitários, que tomam os recursos, atuando como intermediário desta relação (YOSHIDA JR, 2014). A captação de depósitos e a concessão de crédito são consideradas as duas principais funções dos bancos comerciais (YOSHIDA JR, 2014). Por isso, os bancos definem condições de liquidez e oferta de crédito na economia (SARAIVA; PAULA, 2011), e as taxas de juros atuam de maneira a equilibrar essa relação entre oferta e a demanda (ARAUJO; CINTRA, 2011). Os bancos evoluem essa intermediação, principalmente nos últimos 30 anos, abrangendo fundos de investimentos, securitizações, mercados de capitais e instrumentos de arbitragem regulatória (FELIPPI, 2011).

O setor financeiro é estratégico para a economia de uma nação, visto a interdependência econômica mundial (BOTELHO, 2007), e crises financeiras iniciadas em uma nação podem alastrar-se para os demais parceiros comerciais. As crises financeiras atingem os preços de ativos na economia, não atingindo necessariamente a distribuição de crédito (FELIPPI, 2011). A diminuição na concessão de crédito pode ocorrer devido à redução da atividade econômica, que causa decréscimo na demanda por empréstimos, ou por problemas de liquidez ou capital das instituições que estão intermediando o processo de crédito (YOSHIDA JR., 2014).

Porém, com a crise financeira de 2008, a concessão de crédito bancário é atingida. O aparato regulatório já presente no sistema financeiro em 2007, como acordos internacionais que visavam preservar a liquidez do mercado, não foi suficiente para impedir a paralisia do mercado de crédito (FELIPPI, 2011), e as estruturas de supervisão descentralizadas demonstraram fragilidade com a crise (FARHI; CINTRA, 2009). Após a crise do *subprime* e com a aplicação de Basileia III, a relação entre capital bancário e a concessão de crédito ganha espaço para maiores discussões (YOSHIDA JR, 2014), pois o tripé regulatório, composto pelo credor, seguro-depósito e exigência mínima de capital não foi suficiente para evitar a crise (FELIPPI, 2011). Então, os bancos passam a ter regulamentação mais rígida para contribuir com a estabilidade financeira, evitando o risco sistêmico, exigindo um mínimo capital necessário com intuito de evitar alavancagem em excesso (FELIPPI, 2011).

Os bancos públicos fomentam o desenvolvimento econômico, principalmente no longo prazo, onde os bancos privados praticamente não atuam (ARAUJO; CINTRA, 2011). O crédito recebeu incentivo governamental através da redução das taxas de juros dos bancos públicos, principalmente nos dois principais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o que foi observado durante a crise financeira (YOSHIDA JR, 2014). O BNDES é uma das maiores instituições de fomento no segmento que atua do mundo, o BB é a instituição com o maior volume de crédito rural brasileira e a CEF representa a instituição que mais fomenta o sistema habitacional do país (ARAUJO; CINTRA, 2011).

No quarto trimestre de 2008, com a crise financeira mundial, os bancos privados retraíram o crédito, que foi sustentado pelos bancos públicos (ARAUJO; CINTRA, 2011). O governo brasileiro procurou auxiliar na retomada da atividade econômica através de medidas como a ampliação dos aportes financeiros destinados aos bancos públicos, redução da exigência de depósitos compulsórios dos bancos e diminuição das taxas básicas de juros (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). Os bancos públicos atuam de maneira anticíclica quanto à oferta de crédito (ARAUJO; CINTRA, 2011). Portanto, a crise financeira demonstrou que os bancos públicos contribuíram para a retomada da atividade econômica no



Brasil, preenchendo a lacuna deixada pelos bancos privados, que contraíram o crédito devido à aversão ao risco (ARAUJO; CINTRA, 2011).

3 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como aplicada, quanto à natureza (COLLIS; HUSSEY, 2005), e como exploratória, quanto aos objetivos (COOPER; SCHINDLER, 2003). Considerando os procedimentos técnicos, é bibliográfica (GIL, 2002), com pesquisa em artigos, dissertações e teses obtidos na base de dados da CAPES.

Quanto à abordagem, é uma pesquisa quantitativa (MARCONI; LAKATOS, 2009). A base de dados deste estudo foi extraída de relatórios emitidos pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central do Brasil. O período analisado foi de 2002 a 2009, a fim de verificar a concessão de crédito antes e durante a crise financeira internacional de 2008.

O objetivo foi comparar o volume de crédito concedido por bancos públicos e bancos privados durante a crise financeira, abrangendo os anos de 2008 a 2009. A fim de realizar uma comparação com o período anterior à crise financeira, foram analisados dados dos anos de 2002 a 2007. A amostra abrange as 50 maiores instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional, classificadas em capital público e capital privado. Obteve-se a evolução do volume monetário de crédito concedido no Brasil em milhões de reais durante o período estudado. Também foi analisado o quanto o crédito concedido pelas instituições financeiras públicas e privadas representou percentualmente do total do crédito concedido anualmente no país.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A atuação do governo visou à retomada da atividade econômica no país (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). Para a implementação de muitas das ações anticrise, o governo atuou através de instituições financeiras públicas, onde se destacam as participações do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como pode ser observado na tabela 1 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). Na Tabela 1 demonstra-se a evolução das operações de crédito dessas instituições, que se tratam das três maiores instituições financeiras públicas do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Tabela 1 - Total das operações de crédito das três maiores instituições financeiras públicas do SFN (em milhões de Reais)

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	DEZ/2002 (R\$)	DEZ/2004 (R\$)	DEZ/2006 (R\$)	DEZ/2007 (R\$)	SET/2008 (R\$)	DEZ/2008 (R\$)	DEZ/2009 (R\$)
BB	51.470	74.844	113.869	138.849	175.613	190.888	261.779
CEF	19.643	25.564	41.220	50.798	63.364	73.162	115.516
BNDES	44.924	54.094	67.121	74.471	88.409	104.620	153.809
TOTAL	116.036	154.502	222.210	264.118	327.386	368.670	531.104

Fonte: Banco Central do Brasil (2009)

Nota: nos dados do BNDES, são consideradas apenas as operações diretas.

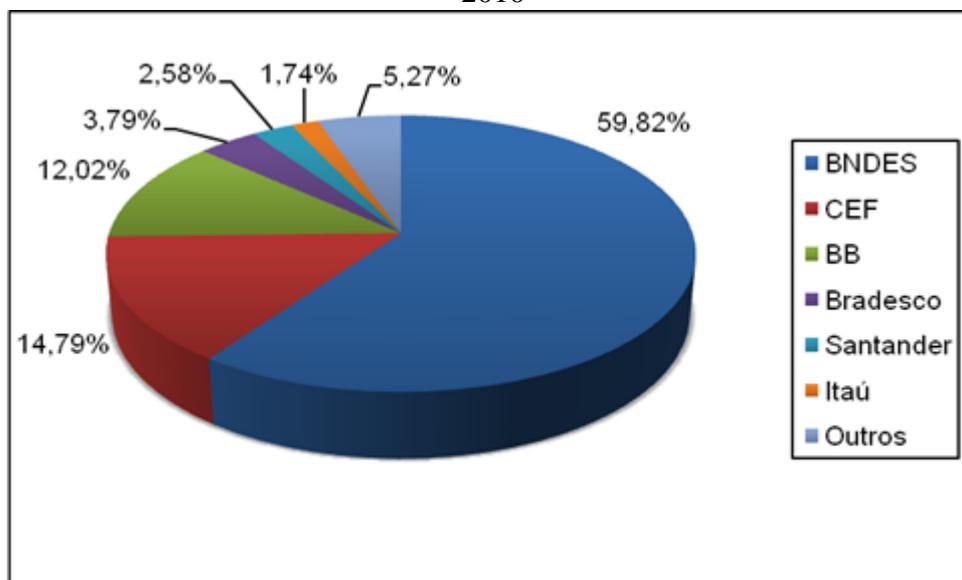
Através da Tabela 1, observa-se a evolução das operações de crédito nas três maiores instituições públicas brasileiras. No período de sete anos, de dezembro de 2002 a dezembro de 2009, têm-se um aumento de 508,61%, 588,08% e 342,38% no volume de crédito concedido pelo BB, CEF e BNDES, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). No caso do BNDES trata-se das operações diretas, concedida com taxas de juros reduzidas, para segmentos específicos os quais se pretende incentivar (BANCO CENTRAL DO BRASIL,



2009). De acordo com Freitas (2009) para compensar a redução de crédito dos bancos privados, os bancos públicos aumentaram e criaram novas linhas de crédito.

Destaca-se o período de dois anos compreendido de dezembro de 2007 ao mesmo mês de 2009, onde o aumento de crédito foi mais acentuado. O crescimento das operações do BB, CEF e BNDES foram de 188,54%, 227,40% e 206,54%, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). A CEF e o BNDES mais do que dobraram o crédito fornecido nesses dois anos. Observa-se que o crescimento dessas instituições nos cinco anos anteriores foi de 269,77%, 258,61% e 165,77%, sendo que o BNDES apresentou um crescimento menor nesses cinco anos do que nos dois anos em que o país atravessava a crise (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). As operações de longo prazo, superiores a cinco anos, são visualizadas no Figura 1, para o ano de 2010.

Figura 1 – Operações de longo prazo financiadas por instituições financeiras no Brasil em 2010



Fonte: Ministério da Fazenda (2011)

Através da Figura 1, pode-se visualizar que mais da metade das operações de longo prazo são fornecidas através do BNDES (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). Somando a participação deste juntamente com a CEF e o BB, tem-se um total de 86,63% das operações com prazo acima de cinco anos em 2010 concedidas por estas três instituições financeiras públicas (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011).

Freitas (2009) afirma que os bancos privados tiveram uma atitude conservadora perante a crise internacional, ocasionando um movimento de realocação de portfólio e retração do crédito, contribuindo para a desaceleração da atividade econômica. Na Tabela 2, apresenta-se a evolução das operações de crédito no Brasil, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009, considerando-se os saldos de final de período.



Tabela 2 - Total das operações de crédito do SFN (em milhões de Reais)

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	DEZ./2002 (R\$)	DEZ./2004 (R\$)	DEZ./2006 (R\$)	DEZ./2007 (R\$)	SET./2008 (R\$)	DEZ./2008 (R\$)	DEZ./2009 (R\$)
50 MAIORES PRIVADAS	335.891	429.872	627.282	791.457	960.279	1.006.515	1.186.377
PÚBLICAS	205.318	256.863	381.539	498.591	595.622	596.790	618.907
DEMAIS	130.572	173.009	245.743	292.865	364.657	409.725	567.469
TOTAL	8.108	12.969	16.776	21.407	26.750	28.165	32.381
TOTAL	343.999	442.841	644.058	812.864	987.029	1.034.679	1.218.757

Fonte: Banco Central do Brasil (2009)

Nota: Saldos de final de período

Considerando o período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009, as instituições financeiras privadas apresentaram um aumento de 201,44%, já as públicas tiveram um crescimento de 334,60%, conforme a tabela 2 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). Analisando-se de setembro de 2008 até dezembro de 2009, a fim de abranger o período em que se verificaram as consequências da crise, o crescimento das operações de crédito das instituições privadas foi de 3,91% diante de uma elevação de 55,62% nas instituições públicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). Não fosse a ação anticíclica dos bancos públicos, sobretudo BNDES e CEF, a retração da economia brasileira no último trimestre de 2008 teria sido ainda mais dramática (FREITAS, 2009). O percentual que as operações de crédito das instituições privadas e públicas representam no SFN é verificado na tabela 3.

Tabela 3 - Percentual das operações de crédito do SFN

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	DEZ./2002 (%)	DEZ./2004 (%)	DEZ./2006 (%)	DEZ./2007 (%)	SET./2008 (%)	DEZ./2008 (%)	DEZ./2009 (%)
50 MAIORES PRIVADAS	97,64	97,07	97,40	97,37	97,29	97,28	97,34
PÚBLICAS	59,69	58,00	59,24	61,34	60,34	57,68	50,78
DEMAIS	37,96	39,07	38,16	36,03	36,94	39,60	46,56
TOTAL	2,36	2,93	2,60	2,63	2,71	2,72	2,66
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil (2009)

De dezembro de 2002 para dezembro de 2009, a participação no mercado de crédito brasileiro das instituições financeiras privadas reduziu de 59,69% para 50,78% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). Em contrapartida, a participação das instituições financeiras públicas aumentou de 37,96% para 46,56% no período citado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). No entanto, a maior diferença é observada exatamente no período da crise, de setembro de 2008 para dezembro de 2009, onde as operações das instituições privadas passaram de 60,34% para 50,78% do total do mercado, enquanto o crédito concedido pelas instituições públicas passou de 36,94% para 46,56% do total de crédito do SFN (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009). Conforme o Ministério da Fazenda (2011) os bancos públicos tomaram a frente na concessão do crédito desde o período crítico da crise. A diminuição da concessão de crédito tem efeitos negativos para o crescimento econômico (COLOMBINI, 2015).

De setembro de 2008 a dezembro de 2010, o crédito ofertado pelos bancos públicos cresceu 81,2%, enquanto o saldo de crédito concedido pelos bancos privados de capital nacional cresceu 35,4%, e dos bancos privados estrangeiros a ampliação foi de 20,2% (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). Do total de crédito concedido no ano de 2010, os bancos públicos responderam por 41,9%; os bancos privados por 40,7%; e os estrangeiros por 17,4% (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011). Com a situação econômica do país estabilizada a partir de 2010, o Governo suprimiu os estímulos fiscais e reduziu os gastos governamentais



(MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a economia de um país encontra-se em depressão, a população é submetida a efeitos negativos, como a falência de empresas, baixos níveis de produção e desemprego. Em momentos como esse, o poder público pode utilizar medidas anticíclicas para que o país atinja a estabilidade econômica. Foi desta maneira que atuou grande parte dos governos mediante os efeitos da crise financeira internacional de 2008, inclusive o brasileiro.

O poder público implementou medidas anticíclicas no Brasil, a fim de combater os reflexos da depressão que assolava a economia mundial, principalmente entre os anos de 2008 e 2009. Dentre essas ações, a que se abordou neste trabalho foi a expansão do crédito concedido por instituições financeiras públicas. A partir da análise da evolução do crédito fornecido por instituições financeiras públicas e privadas a partir do ano de 2002, verificou-se que as primeiras apresentaram um crescimento robusto no momento em que a economia estava em crise, entre 2008 e 2009, ao passo que com as últimas ocorreu o inverso, com o decréscimo da oferta creditícia.

Após a análise da evolução do crédito concedido por instituições privadas e públicas, concluiu-se que essas últimas, devido à ampliação do crédito no momento em que o país estava em depressão, contribuíram para a recuperação econômica brasileira. O crédito estimula o aumento no consumo, que afeta a demanda interna, refletindo na da produção e do emprego, contribuindo, portanto, com crescimento econômico. Assim, ressalta-se a importância dessas instituições, principalmente em momentos de crise, pois o governo pode atuar através delas.

O tema possibilita continuidade, sugerindo-se a pesquisadores o aprofundamento do estudo comparando as taxas de juros aplicadas às operações de crédito entre as instituições públicas e privadas. Também pode ser analisado o comportamento creditício após a recuperação da atividade econômica, a partir de 2010.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. S. **Avaliação e desempenho do sistema bancário brasileiro**: 1988/1996. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

ARAÚJO, V. L.; CINTRA, M. A. M. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. Texto para discussão 1604, IPEA, Brasília, abril 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil**: Relatório Anual 2010, Brasília, v. 46, p. 1-237, 2010. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **Relatório de Economia bancária e crédito**. Brasília, 2009. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 51-72, São Paulo, 2010.

BOTELHO, L. M. A. **Análise do posicionamento estratégico na indústria bancária brasileira à luz da tipologia de Porter**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) -



PUC Rio, Rio de Janeiro, 2007.

CAVALCANTE JR., P. L. **A crise financeira mundial e a análise de múltiplos contábeis no setor bancário brasileiro**. 2012. 37 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2012.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COLOMBINI, F. Risk, regulation, supervision and crises in the European banking Union. **Law and Economics Yearly Review**, v. 4, n. 2, p. 236-273, 2015.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DULCI, O. S. Economia e política na crise global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 105-119, 2009.

FARHI, M.; CINTRA, M. A. M. A crise financeira e o global *shadow banking system*. **Fundap**, São Paulo, n. 82, p.35-55, 2009.

FELIPPI, M. **Sistema bancário e a crise de crédito 2007-2009**: investigação das causas do congelamento do mercado de crédito. 2011. 81 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONTIJO, C. Raízes da crise financeira dos derivativos *subprime*. Belo Horizonte: **UFMG - Cedeplar**, Belo Horizonte, Texto para Discussão, n. 342, 2008.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 11-33, nov. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa de juros Selic fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom)**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2016.

KRUGMAN, P. (Org.). A crise de 2008 e a economia da depressão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 180-182, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, P. 57-66, 2008.



MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Economia brasileira em perspectiva**. 2 ed. Brasília, 2011. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Economia brasileira em perspectiva**: edição especial ano 2010. Brasília, 2011. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2016.

SARAIVA, P. J.; PAULA, L. F. Bancos e crédito na perspectiva keynesiana: uma análise da literatura a partir de uma visão pós-keynesiana. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Rio de Janeiro, ago. 2011.

YOSHIDA Jr., V. T. **Capital bancário e crédito**: um estudo empírico no mercado brasileiro de 2003 a 2012. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.